

CRISE AMBIENTAL, TEORIA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Valdemir A. Pires¹

1. INTRODUÇÃO

O advento da crise ambiental e a iminência de seu rápido agravamento, com trágicas consequências de grandes dimensões, forjou, nos últimos vinte e cinco anos, o surgimento de uma consciência ecológica a nível mundial, manifesta nos cada dia mais numerosos e geograficamente diversificados movimentos, reflexões e ações de indivíduos e entidades (governamentais e não governamentais) em torno da problemática do meio ambiente ameaçado. Mais recentemente, cunhou-se a expressão *desenvolvimento sustentável*, para caracterizar uma determinada forma de organização da atividade econômica, alternativa à atual, anunciada como mais adequada à preservação dos recursos naturais.

A necessidade de se adjetivar o desenvolvimento de sustentável parte da constatação de que o seu oposto - o desenvolvimento sem esta qualificação, do tipo atualmente em prática - não contém em si os elementos necessários à sua continuidade. Esta constatação, óbvia para quem está presenciando os problemas econômico-sociais desse final de século, não teve ainda um impacto significativo sobre o instrumental teórico da Ciência Econômica, o que dificulta o diálogo entre ambientalistas e economistas, fazendo-os parecer, às vezes, combatentes de exércitos opostos, situação que dificulta uma abordagem adequada e consequente dos problemas teóricos e práticos de uma possível Economia ambiental, ou de uma Economia com olhos de ver para a necessidade de revisão dos conceitos tradicionais do que seja o desenvolvimento.

¹ Bacharel em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUCCAMP). Mestre em Economia (PUC São Paulo), Professor e Coordenador do Curso de Economia da Universidade Metodista de Piracicaba.

2. MERCADO, PRODUTIVIDADE E DESTRUTIBILIDADE

Uma retrospectiva da Economia enquanto ciência leva à constatação de que ela surgiu para explicar a organização mercantil capitalista de produção. Seus fundadores não esconderam sua admiração pela eficiência desse sistema, apontando-o como uma verdadeira maravilha, imune a crises e capaz de promover o aumento da riqueza total (via elevação da produtividade), cujos efeitos benéficos sobre a distribuição atingiria todos quantos estivessem dispostos a trabalhar e empreender. De fato, comparado ao feudalismo, o sistema capitalista promoveu avanços consideráveis, tanto no sentido da elevação da produtividade como no sentido da diminuição das desigualdades sociais e políticas. Terminado o período de absoluto encantamento, porém, a teoria econômica progrediu, desde sua fundação até os dias atuais, rumo a uma visão não tão otimista do modo como opera o mercado, captando em seu interior elementos de desestabilização (a moeda e o crédito, por exemplo) e promoção de problemas sociais. Mas no tocante a seu conceito basilar, o de riqueza, não fez progressos consideráveis desde o seu nascimento. Esse estado de coisas a coloca, hoje, frente ao desafio de incorporar ao seu instrumental analítico uma série de fatos novos, entre eles a crise ambiental.

As dificuldades atuais para renovar fontes de recursos naturais no ritmo necessário para fazer frente à elevada produtividade que se experimenta, chama atenção para o fato de que o homem, através dos progressos que o capitalismo lhe assegurou, obteve inusitada capacidade produtiva, mas, concomitantemente, tornou-o altamente destrutivo em relação ao meio ambiente. A ponto de, hoje, a mão humana, amplificada por um sem número de engenhos, ser capaz de levar ao esgotamento de recursos vitais à existência da espécie. E, mais grave, o padrão de vida e de consumo das comunidades, principalmente as dos países mais desenvolvidos, vem acelerando o ímpeto empresarial para a ampliação dos mais variados tipos de produção, até o momento sem maiores preocupações com o problema do esgotamento de recursos não renováveis do planeta.

Riqueza líquida e desafios

A crise ambiental, provocada pelo *desenvolvimento em progresso das forças destrutivas*, está colocando em xeque não só o padrão de desenvolvimento econômico e social, atualmente, praticado por todos os países, como também está expondo a fragilidade da teoria econômica, que se pauta por um conceito agora atrasado de riqueza. Ora, se a capacidade humana de destruir se desenvolve tão ou mais rapidamente que a capacidade de produzir, a riqueza não pode mais ser contabilizada simplesmente como um fluxo de bens e serviços gerado num período (ou valor adicionado, como se diz em Contabilidade Social). Na medida que a geração desse fluxo de riqueza tem como efeito colateral uma destruição mais que proporcional no estoque de riqueza que foi utilizado para gera-lo, há que se abater, do valor adicionado, o valor subtraído sem que tenham sido tomados os cuidados necessários à sua reposição, quando possível. Do contrário, estar-se-á procedendo como o empresário medíocre, que não faz provisões para renovar seus equipamentos paulatinamente depreciados. Da mesma forma que um tal indivíduo, estar-se-á caminhando para a bancarrota. Só que muito mais grave, pois trata-se, no caso em pauta, da falência das condições de reprodução da espécie humana.

Os pensadores clássicos, especialmente Adam Smith, proporcionaram grande progresso à ciência e à prática econômicas quando desmascararam a noção metalista de riqueza formulada pelos Mercantilistas. Ao questionarem a validade da assertiva de que a riqueza de um país se mede pela quantidade de ouro e metais preciosos que detém, os clássicos colocaram no lugar a idéia atualmente aceita de riqueza nacional: um conjunto de bens e serviços gerados pelo trabalho dos indivíduos, o qual cresce na medida em que se amplia a divisão do trabalho, causa fundamental da elevação da produtividade. Esta noção foi também adotada por Marx, que considerou a riqueza como sendo uma enorme coleção de mercadorias, que se amplia na medida que o método capitalista de gestão promove o aumento das forças produtivas, ao acelerar o desenvolvimento tecnológico. O problema está em que esta abordagem não leva em consideração os efeitos colaterais do avanço tecnológico, ou seja, a maior destruição dos recursos naturais ou a possibilidade de destruí-los em menor

tempo, mesmo que a tecnologia adotada não seja intrinsecamente devastadora. Este problema leva a outro, de consequência mais visível: considera-se a riqueza como sendo tudo o que se produz, sem que seja abatido o que tiver sido destruído sem possibilidade de reposição. Destarte, há que se rever um conceito basilar da Economia: o de riqueza. É desse conceito que deve partir toda a teoria do desenvolvimento sustentável, que, como se vê, é a ponta do *iceberg* da nova teoria econômica, cuja criação a crise ambiental está forçando. Se essa nova teoria não surgir e/ou se as ações corretivas que sugere não forem implementadas, o paradoxo atual dos potencialmente miseráveis países ricos sugando os potencialmente ricos países pobres se tornará irreversível. Todos os fatores institucionais concorrem para que assim seja. Somente um fator fraco, mas felizmente em fase de robustecimento, contribui para o contrário: a consciência ecológica e ambiental. Será ela capaz de rasgar a couraça dos interesses de curto prazo?

Possibilidades de mudança

Sabe-se que é extremamente difícil agir contra interesses de curto prazo cuja manutenção seja assegurada pela lógica de operação do sistema econômico e reforçada pela superestrutura que o acompanha. Quando, porém, começa a ficar evidente o efeito nocivo que a satisfação desses interesses acarreta sobre as condições de existência de toda a espécie, ações antes ineficazes começam a surtir algum efeito. Comportamentos antes classificados como quixotescos começam a ser levados a sério. Além disso, com o apoio da incrível capacidade de difusão de informações hoje existente, idéias novas chegam rapidamente a numerosos locais ao mesmo tempo, fazendo com que pessoas ao redor de todo o planeta compartilhem com os protagonistas as aflições ou o prazer originado desta ou daquela situação, gerada por este ou aquele tipo de estrutura, decisão ou comportamento. Países que ainda não passaram por determinadas experiências tornam-se capazes de interpretá-las e avaliar suas consequências pela simples observação das práticas alheias. Esse novo quadro tecnológico, aliado ao crescente descontentamento com o padrão de vida que ricos e pobres estão desfrutando, vem a facilitar a empreitada que se apresen-

ta como necessária nesse fim de século: promover alterações institucionais que permitam reverter o quadro de degradação ambiental e social que está se espalhando por todo o planeta. Para isso, será necessário mais que manifestações de descontentamento, de repúdio, de força. Será necessário construir concomitantes capacidades analítica e política em torno dos grandes problemas que afligem a todos. No caso específico da problema ecológico, a capacidade política a ser construída deverá canalizar-se rumo a um pacto ambiental, cujos efeitos se façam sentir nos padrões de consumo e de produção atualmente praticados. A capacidade analítica a ser adquirida frente aos fatos novos criados pela crise ambiental, deverá dirigir-se tanto para a reconstrução da teoria econômica, como para a estruturação de instituições, mecanismos e organizações que forcem e/ou facilitem mudanças comportamentais que propiciem condições para um modo de vida e de trabalho social e ambientalmente sustentável.

A reconstrução da teoria econômica, a partir da reelaboração do conceito de riqueza de que se utiliza, presta-se à finalidade de ampliação da capacidade analítica que se faz necessária para dar suporte às ações políticas em defesa do desenvolvimento sustentável. Partindo de um conceito de riqueza que seja o resultado da soma dos bens e serviços produzidos num período (produto interno bruto, PIB) menos a soma dos danos ambientais provocados pelo processo de produção desses mesmos bens, torna-se possível conceber a montagem de um sistema de Contabilidade Social mais eficiente do que o atualmente existente. Assim, o PIB de cada país teria que ser diminuído ou aumentado por um delta, conforme o seu processo de produção fosse ambientalmente equilibrado ou desequilibrado. Um país com um PIB de US\$ 450 bilhões, por exemplo, teria um PIB sustentável igual a esse valor menos o valor estimado dos danos irreversíveis que a geração desse montante de riqueza tenha provocado, ou seja:

PIB sustentável = PIB tradicional - Δ destruição ambiental estimada

Estimar a destruição ambiental associada à tecnologia e à administração adotadas é extremamente difícil. Todavia, uma boa pitada de vontade política pode ser suficiente para fazer ver que ela não precisa ser exata. Ela pode ser uma estimativa feita periodicamente por um orga-

nismo internacional, adotando critérios homogêneos a todos os países. Assim, por exemplo, num determinado ano, todos os países que produzissem um certo volume de lixo orgânico não reciclado e não tratado, teriam seus PIB's diminuídos em x%. Ou todos os países que devastassem florestas, ou aumentassem o consumo de combustíveis fósseis, ou poluíssem as águas (fatos passíveis de aquilatamento) a um certo nível, durante um certo período de tempo (dez anos, por exemplo) teriam seus PIB's reduzidos em 10x% no início do próximo período.

Inicialmente, o cálculo do PIB sustentável serviria apenas de parâmetro para os países avaliarem sua real situação frente à crise ambiental. Mais tarde, inclusive aproveitando a experiência acumulada na produção das estimativas e os debates em torno dela, o PIB sustentável poderia passar a ser adotado como um instrumento fiscal internacional inibidor da devastação ambiental. Dependendo da magnitude do seu *D destruição ambiental estimada*, cada país teria que embutir no valor de suas exportações um percentual previamente pactuado. O valor arrecadado com este tributo poderia ser aplicado em gastos com pesquisa e desenvolvimento de tecnologias ambientalmente equilibradas. Poderia até ser criada uma Universidade Internacional do Meio Ambiente, destinada à formação de cientistas e técnicos nessa área.

O efeito do tributo sobre devastação ambiental seria o de forçar os governos nacionais e os empresários em geral a evitarem ao máximo a adoção de tecnologias poluidoras ou nocivas ao meio ambiente. Dessa forma, países pobres pensariam duas vezes antes de oferecer vantagens para atrair indústrias sujas, assim como os proprietários das mesmas veriam desvantagem em produzir em países com desvantagens de preços internacionais decorrentes de tributação para exportar.

Muitas objeções podem ser feitas a esta proposta partindo da afirmação de que a estimativa dos danos ambientais é muito difícil. De fato. Mas trabalhar-se-ia com a capacidade tecnológica atual, medindo só o que é possível medir, pois se o procedimento for semelhante para todos, cada um será beneficiado ou prejudicado pela precariedade dos métodos na mesma proporção. Além disso, a estimativa poderia inicialmente ser feita somente em torno de aspectos passíveis de

mensuração (erosão, destruição de matas e rios, emissão de gases, produção de lixo etc.). E, de mais a mais, por que não se poderia adotar estimativas não muito precisas para estimar o quanto os países se empobrecem ambientalmente, se estimativas de qualidade duvidosa também são adotadas para medir o quanto os países enriquecem economicamente? Ou escapa às pessoas o fato de que o PIB, o PNB e todos os demais elementos das Contas Nacionais dos países é uma simples aproximação da riqueza gerada num período? É sabido que os sistemas de Contabilidade Social tradicionais não captam as atividades informais praticadas numa economia, não são capazes de avaliar o valor dos serviços domésticos não remunerados (sem a existência dos quais a economia da maioria dos países não teria como funcionar), não englobam o resultado das atividades que resultam em bens e serviços que não passam pela mediação dos mercados...

3. BIBLIOGRAFIA

- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MILL, John Stuart. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- PETTY, William. *Obras econômicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1978.
- SAY, Jean Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.